

EPISTEMOLOGIAS AFRICANAS: UM ENSAIO SOBRE A PERSPECTIVA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E O CONHECIMENTO PRODUZIDO EM ÁFRICA

Vinícius dos Anjos Paraíso Cassandra

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira (Unilab)

Instituto de Humanidades

Email: dosanjostreze@gmail.com

Resumo: O presente artigo dispõe-se a discutir sobre epistemologias africanas, tomando o campo das Ciências Sociais como ponto de partida. Esta reflexão se baseará no pensamento de estudiosos em sua maioria africanos que debruçaram sobre as ciências sociais como assuntos epistêmicos sobre o Sul global. As epistemologias do Sul, na concepção de Boaventura Souza Santos e Maria Paula Menezes (2009), propõem o questionamento sobre a centralidade do pensamento fundado em uma epistemologia ocidental ou do norte. Neste sentido, Santos e Menezes (2009) questionam a superioridade desse conhecimento produzido a partir de um 'centro' e propõem um diálogo com as demais epistemologias, ou seja, o conhecimento produzido no Sul. Portanto, o texto também se preocupa em abordar sobre a produção negligenciada das Ciências Sociais, as quais, invariavelmente, são produzidas fora dos grandes centros hegemônicos do saber acadêmico.

Palavras Chaves: Conhecimento. Epistemologia Africanas. Ciência Sociais. África.

AFRICAN EPISTEMOLOGIES: A TEST ON THE PERSPETIVE OF SOCIAL SCIENCES AND PRODUCED KNOWLEDGE IN AFRICA

Abstract: This paper discusses African epistemologies, taking the field of Social Sciences as a starting point. This reflection will be based on the thinking of mostly African scholars who have focused on the social sciences as epistemic issues on the global South. The Southern epistemologies, in the conception of Boaventura Souza Santos and Maria Paula Menezes (2009), propose the questioning about the centrality of the thought based on a western or northern epistemology. In this sense, Santos and Menezes (2009) question the superiority of this knowledge produced from a 'center' and propose a dialogue with the other epistemologies, that is, the knowledge produced in the South. Therefore, the text is also concerned with addressing the neglected production of the social sciences, which invariably are produced outside the great hegemonic centers of academic knowledge.

Keywords: Knowledge. African Epistemology. Social sciences. Africa.

Introdução

O objeto central deste artigo consiste em abordar a questão da produção de conhecimento das Ciências Sociais a partir do contexto africano, expostos na explanação de diversos autores que debruçaram-se no questionamento de uma hegemonia dos saberes produzidos a partir de um centro, ou seja, o Norte global¹. A análise se terá como foco, principalmente, os textos que abordam sobre as Ciências Sociais, procurando enfatizar a produção e constituição de estudos oriundos de países africanos. O presente artigo, faz-se importante pelo fato de trazer abordagens contextuais que estão em continua discussões sobre outras perspectivas de compreensão da África e africanos, e também contribuir para a crescente reflexão e produção do conhecimento endógeno.

Todavia, compreendendo a África como um continente vasto em todos os sentidos, composto por cinquenta e quatro países e uma riqueza cultural enorme, fruto de seus grupos étnicos espalhados pelo continente; a realidade social africana requer uma análise atenta em todo sentido da palavra. Pois falar de epistemologias hoje não fica completa se não abordarmos, minimamente, a produção que é resultado desse mosaico.

Portanto, as epistemologias africanas são um tema que instigam reflexões filosóficas, históricas, sociológicas e indagações sobre o pensamento produzido no Sul global. Deste modo, este artigo será trabalhado em dois momentos: o primeiro momento tratará de um ensaio acerca das epistemes africanas e, no segundo momento, versará sobre a perspectiva das Ciências Sociais no continente africano e agência de pesquisa e, o seu estado da ciências sociais em termos de produção, investigação e extensão, nos centros acadêmicos de países africanos de expressão portuguesa, ou seja, na chamada África Lusófona.

1 Epistemologia Africana: um conhecimento produzido de dentro

1.1 Epistemologia Africana

A epistemologia é uma área da filosofia que se dedica à teoria do conhecimento. A etimologia da palavra epistemologia se refere ao estudo da ciência, ou seja, a epistemologia é a ciência do conhecimento. Assim, conforme sustentam Santos e Menezes (2009) os estudos das implicações epistemológicas da compreensão do social nas sociedades africanas se distingue das

¹ Boaventura de Souza Santos (2017) refere no artigo *Más allá de la imaginación política y de la teoría crítica eurocéntrica* que o Norte global, cada vez mais, se torna incapaz de interpretar o mundo em sua amplitude. Para além dessa crítica, o autor pondera que muito do que sabemos sobre África foi produzido no contexto deste norte global.

reflexões europeias sobre essas sociedades. Ao longo dos tempos, cientistas sociais africanistas que se debruçam sobre a África, têm realizado esforços para a produção de um conhecimento endógeno, tendo em conta a pertinência de uma posição epistemológica construtivista própria:

A questão se a filosofia africana existe foi discutida e debatida por várias décadas em vários fóruns por diferentes estudiosos. O principal rumo de pensamento tem sido que de fato existe algo como a filosofia africana. E desde que a filosofia africana abrange todas as formas e tipos do filosofar, então se segue que faz sentido falar de epistemologia africana, assim como é sensato falar em uma ética, estética e metafísica africanas, por exemplo (KAPHAGAWANI. MALHERBE, 2002, p. 1)

Para falarmos de uma epistemologia africana, primeiramente, se faz necessário realçar acerca da filosofia africana. Kaphagawani e Malherbe (2002) advogam que a filosofia existe para explicar questões sociais estimulando um raciocínio lógico na emissão das suas análises filosóficas. No entanto, eles explicam que para entendermos essas questões filosóficas que surgem na sociedade, a filosofia se ergue em tipos: a etnofilosofia, que examina os aspectos culturais como as linguagens e religião; a filosofia da sagacidade, que buscará conhecimentos junto aos anciãos de modo a transmitir as interpretações a sociedade; a filosofia político-ideológica que busca compreender as teorias do conhecimento; e a filosofia profissional. Portanto, são essas subdivisões ou áreas da filosofia que comportam a epistemologia africana.

Neste âmbito, a epistemologia africana reúne arcabouços filosóficos que efetivam a obtenção do conhecimento sobre as sociedades africanas. Pois ela deve ser compreendida de acordo com cada contexto sócio-cultural. Conforme o texto Kaphagawani e Malherbe (2002), surge uma problemática entre os africanos em compreender os contextos que formam a epistemologia africana.

Neste sentido, constata-se que existem duas alegações desta epistemologia: a universalista, a qual compreende esta epistemologia como única e válida para todos os contextos sócio-culturais; e a relativista, a qual alega que os diversos contextos africanos comportam muitas interpretações. Porém, os autores aconselham que um meio termo dessas duas alegações parece ser a mais sensata. “Cabe ao filósofo desenvolver e exercitar o conceito de racionalidade apropriado para a sua sociedade, tendo uma consciência crítica das tradições intelectuais e cognitivas tanto da sua sociedade como de outras (Note que “consciência crítica” não é apenas algo negativo)” (KAPHAGAWANI. MALHERBE, 2002, p. 5)

Por outro lado, Mbembe (2001) reflete que, durante muito tempo, observamos diversos pensadores europeus que criaram contextos e teorias que justificavam a forma de pensar dos africanos. Certo é que muitas dessas teorias se consolidaram e outras nem tanto, porém há um número reduzido desses pensamentos que apresentam alguma fundamentação lógica e originalidade, quando comparados às teorias elaboradas para pensar situações de realidades europeias. Nkolo Foè (2008), por exemplo, destaca que parte dessas teorias europeias sobre o africano, invariavelmente, carrega consigo a presunção da inferioridade do negro, conforme descrito nesta citação sobre Voltaire:

Mas o pior é que Voltaire insiste sobre a inferioridade dos Negros para legitimar sua servidão. A prova para ele é a existência da diferença e da permanência das características das nações que mudam raramente. Isto explica o fato de que —os negros são os escravos dos outros homens. Nós os compramos nas costas da África como animais!. Voltaire detalha os motivos dessa inferioridade que é, antes de tudo, física: os Negros têm os olhos arredondados, o nariz achatado, os lábios sempre grossos, as orelhas diferentemente desenhadas, a lã sobre a cabeça etc. A inferioridade é também intelectual. Segundo Voltaire, a medida de sua inteligência mostra as diferenças prodigiosas entre os negros e outras espécies de homens. Ele reconhece que a inteligência dos Negros não é de uma natureza diferente em relação ao entendimento do branco, mas ele sublinha sua inferioridade. Por exemplo, os negros não são capazes de uma grande atenção, eles calculam pouco e não parecem feitos nem para as vantagens, nem para os abusos de nossa filosofia (FOE, 2008, p. 187).

Entretanto, Mbembe (2001) conceitua que, o feito do africano pensar a sua realidade comporta apenas duas problemáticas que são similares à forma europeia de pensar, pois essas problemáticas são: autoconstrução e moderna filosofia do sujeito. Portanto, para esse autor, o pensamento do africano sobre o seu próprio “eu” e sua realidade foram algo monitoradas, de forma a que não se desenvolvessem.

Todavia, duas das formas históricas que impossibilitaram o desenvolvimento da subjetividade africana são: o economicismo e a metafísica da diferença. O economicismo, como advoga o Mbembe (2001), se coloca nos moldes da democracia progressista, mas dita regras que são julgadas "corretas", para que os países africanos se desenvolvam política e culturalmente mediante critérios impostos. O segundo aspecto histórico, chamado pelo autor de fardo da metafísica da diferença, se fundamenta nos aspectos raciais². Neste âmbito, estas duas correntes

² Creio que é possível fazer um diálogo com o que Grosfoguel (2006, p. 17) chamou de racismo epistêmico: “O racismo epistêmico é um dos racismos mais invisibilizados no - sistema-mundo capitalista/patriarcal/moderno/colonial. O racismo em nível social, político e econômico é muito mais reconhecido e visível que o racismo epistemológico. Este último opera privilegiando as políticas identitárias (identity politics) dos brancos ocidentais, ou seja, a tradição de pensamento e pensadores dos homens ocidentais (que quase nunca inclui as

de pensamentos (economicismo e metafísica da diferença) se efetivaram perfeitamente mediante estes três eventos históricos: a escravidão, o colonialismo e o apartheid. Não obstante, esses eventos proporcionaram alguns significados canônicos que perseguiram os africanos e a África. Mbembe (2001) realça que a divisão do seu “eu” o indivíduo africano torna-se num ser alienado, que o coloca numa situação de objeto. Outro aspecto remete à questão de propriedade, e o último significado canônico destes eventos históricos é a colocação do indivíduo africano numa constante humilhação de forma a causar o que Mbembe chamou de morte social.

Em todos os três casos, supõe-se que os elementos fundamentais da escravidão, da colonização e do *apartheid* são fatores que servem para unificar o desejo africano de se conhecer a si mesmo, de reconquistar seu destino (*soberania*) e de pertencer a si mesmo no mundo (*autonomia*). Seguindo o modelo da reflexão judaica sobre o fenômeno do sofrimento, da contingência e da finitude, estes três significados poderiam ter sido utilizados como ponto de partida para uma interpretação filosófica e crítica sobre o aparentemente longo voo em direção ao nada que a África tem experimentado durante toda a sua história. (MBEMBE, 2001, p.174-175)

Portanto, estes eventos fazem com que os povos africanos decidiram tomar as rédeas do seu mundo, sem qualquer monitoramento de outrem, pois são capazes de desenvolverem a sua subjetividade. Por conseguinte, Mbembe (2001) recapitula que esses eventos poderiam ser o estoquim para se pensar numa realidade diferente para a realidade africana, do mesmo jeito que a reflexão sobre o messianismo judaico servia. Porém o autor remete que as correntes ideológicas de pensamentos, nativista e instrumentalista, monopolizaram e emitiram os significados dominantes sobre os citados eventos.

1.2 Epistemologia Africana: um conhecimento produzido de dentro

Conforme Kaphagawani e Malherbe (2012, p. 3-4) “o conhecimento é o meio pelo qual podemos direcionar nosso comportamento para alcançar nossos objetivos de maneira mais eficiente e bem sucedida”. Ou seja, são mecanismos traçados previamente para alcançar determinados fins.

mulheres) é considerada como a única legítima para a produção de conhecimentos e como a única com capacidade de acesso à —universidade! e à —verdade!. O racismo epistêmico considera os conhecimentos não ocidentais como inferiores aos conhecimentos ocidentais”.

Todavia, devemos ter consciência que existem variações, tanto regionais, nacionais e e ainda de caráter internacionais, envolvendo contextos sócio-culturais, religiosos, políticos e dentre outros que podem ser gerados, e que de certa forma são capazes de influenciar no conhecimento produzido por determinada sociedade. Kaphagawani e Malherbe (2012) consideram que o epistemólogo social ou filósofo do conhecimento tem uma preocupação mais voltada com as práticas racionais, pautadas nos valores, instituições, etc. de uma cultura para a produção do conhecimento, baseada na sua realidade. Eles mostram seis pontos para a construção do conhecimento. Em três desses pontos, os autores demonstram que o mecanismo oralidade nas sociedades africanas é um importante processo de construção de um conhecimento endógeno.

Entretanto, o primeiro ponto, baseia-se mais no quesito da literatura, dos conhecimentos que são transmitidos através de um viés artístico: “a sabedoria acumulada que eles passam para os jovens na forma de provérbios, tradições reverenciadas, mitos e contos populares”. Kaphagawani e Malherbe (2012, p. 7-8). Entretanto, já no segundo e terceiro pontos, mostram a importância da língua no processo de transmissão e também do sagrado com questões judiciais nessas sociedades: “a linguagem de um grupo étnico, simplesmente o mais importante repositório de conhecimento acumulado da sociedade. Costumes e práticas na área da religião e dos procedimentos judiciais”.

Neste âmbito, a utilização do mecanismo oralidade, deve ser vista como uma das técnicas como as demais que adaptam a essas realidades e capaz de responder às reais necessidades desses povos, assim como Hountondji (2008) alerta ao considerar que é mais produtivo prestar atenção aos modos e dispositivos concretos da sua sociedade, os que adaptam as suas realidades, dessa forma, o conhecimento no continente africano é transmitido com pouco recurso da escrita, tal como ela é usada no Ocidente, onde as condições e os processos de produção e acumulação do conhecimento são diferentes por vários fatores, desde as questões sociais, culturais e outras supracitadas que diferenciam essas duas instâncias.

Deste modo, Hountodji (2008) propõe questionamentos que norteiam as produções feitas pelos estudos africanos e até que ponto essas pesquisas atendem aos interesses dos africanos, pois na concepção deste autor, estas pesquisas têm servido apenas de extensão para atender às demandas do ocidente. Portanto, o autor também dá sinais daquilo que seria conhecimento produzido e consumido internamente na África e ainda faz uma análise sobre estudos africanos.

Os chamados estudos africanos não só se baseiam em metodologias e teorias que se consolidaram em vários campos – como a história geral, a sociologia, a linguística, a economia, a ciência política, etc. – muito antes de terem sido aplicadas a África enquanto

novo campo de estudo, como é, de resto, comum, em instituições académicas e de investigação, encontrar esta matéria associada a outras disciplinas, como sejam a matemática, a física, a informática, a biologia, a química, a geologia, a gestão e administração, a filosofia ou a engenharia. (HOUNTODJI, 2008, p.150)

Pois, Hountodji (2008) tenta mostrar que os Estudos Africanos (EA) não são apenas uma simples disciplina, mas sim um conjunto de áreas que se debruçam sobre as temáticas da África e sobre a África. Neste sentido, é necessário que sejam analisadas, meticulosamente, todos seus aspectos, mas não, separadamente, e muito menos como uma só disciplina. Não obstante, Estudos Africanos são disciplinas diferentes, porém relacionadas que discutem sobre a África e africanos.

Em linhas gerais, na concepção do Pimenta e Kajibanga (s/a) estudar a África comporta uma complexidade e envolvimento profundos. Pois é necessário ter em conta a interdisciplinaridade e uma reflexão crítica sobre a mesma. Conforme os autores, é necessário padronizar os EA, pois os focos das abordagens deveriam ser uma centralidade africana e estruturando de certa forma a interdisciplinaridade e a interculturalidade. Não obstante, estas estruturas formuladas pelos estudiosos, poderiam ter um papel preponderante no continente e consequentemente uma elevação a nível mundial das Ciências Sociais. Os autores buscam a fundamentação na qual residem as explicações pela escolha da temática "epistemologias de estudos africanos", levantam vários questionamentos e fazem uma reflexão que vai de encontro aquilo que eles chamaram de 'vectores fundamentais dos EA'. Portanto, nas concepções desses autores, é necessário perceber as problemáticas que sustentam os debates em África, pois a produção científica remete que é necessário conhecer e compreender o seu objeto de estudo. Entretanto, no caso do continente africano, os debates na África e sobre ela são pensados e orientados por organismos internacionais que ditam as regras do jogo científico.

Dessa forma, a questão de partida para estudarmos as epistemologias africanas e a produção daquilo que chamamos de conhecimento endógeno, passa por identificarmos primeiros nossos objetivos e ter em conta as premissas envolvidas em cada realidade social. Pois, problematizar sobre a ciência do conhecimento é uma tarefa difícil e com grande sensibilidade, principalmente quanto se trata dos conhecimentos endógenos. Concebido como um processo que mistura diferentes aspectos, emocionais, afetivos, linguísticos, religiosos, políticos que envolvem o grupo e acompanhados com crenças e sentimentos de pertencimentos que orientam seus membros.

Portanto, as contribuições e os avanços para uma construção dos conhecimentos africanos devem ser pautados numa vertente local para global, dar importância às questões africanas. Dessa

forma, os chamados Estudos Africanos deveriam não pautar na acumulação do conhecimento sobre a África, mas sim eleger como foco o estudo das questões das sociedades africanas, assim como todos agentes dessas sociedades.

2 Produção acadêmica e Pesquisas universitárias na África, Ciências Sociais em África e CODESRIA

2.1 Produção acadêmica e Pesquisas universitárias na África, Ciências Sociais em África

Rosa (2014) no seu artigo “Sociologias do Sul: Ensaio bibliográfico sobre limites e perspectivas de um campo emergente”, problematiza as recentes publicações na área de Ciências Sociais sobre noção de Sul como alternativa teórica, metodológica ou epistemológica aos efeitos coloniais nesta área do conhecimento. Seus impactos nas subjetividades dos sujeitos colonizados. Para o autor, os movimentos teóricos estão sendo mencionados como novas tendências críticas e analíticas, como um legado diminuto nos debates legítimos não só para acadêmicos da sociologia euro-americana como nos países onde foram produzidos.

Segundo Rosa (2014), precisamos reconhecer uma nova ferramenta que ainda está à margem, fora da disputa geopolítica de nossas disciplinas, que é o Sul. Debater as formas como o Sul tem sido trazido para o centro das disputas teóricas recentes no campo das Ciências Sociais. Onde o Sul deve ser colocado como potencial heurístico para modificar o programa das Ciências Sociais, ou seja, como um modelo próprio também. Entretanto, para fundamentar a sua percepção sobre a temática em questão o autor traz reflexões de Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Menezes para demarcar as “epistemologias do Sul”, depois as contribuições de Jean Comaroff e John Comaroff nos seus trabalhos sobre teorias do Sul e, por último uma análise dos artigos “sociologias dos países do Sul” de Raewyn Connel que mostra a falta de preocupação com os processos internos de colonização das Ciências Sociais por narrativas euro-americanas, onde esta vê nas teorias sociais produzidas no Sul como potencialmente alternativas dentro dessa esfera

Todavia, Rosa (2014) mostra a preocupação de profundo questionamento da universalidade do projeto epistemológico das ciências ocidentais por parte de Santos, onde este procura “desafiar a superioridade imposta pelo conhecimento científico do Norte em relação a outras formas de conhecimento que ainda sobreviveriam no Sul” (p. 45). Assim, o Sul não deve ser entendido como uma unidade geográfica, mas uma forma epistemológica específica que se definiria por sua relação negativa e reparadora com o capitalismo colonial, das diferentes formas

de conhecimento que são produzidas e compartilhadas através dos mecanismos próprios nessas sociedades.

Noutra perspectiva, Rosa (2014) advoga que, no entendimento dos Comaroff, o Sul global é tido como fornecedor de matéria-prima para as teorias sociais elaboradas no Norte. Para eles, “a modernidade do Sul não é apenas uma derivação ou uma cópia falsificada daquela vivida na Europa. Ela precisa ser entendida pelo seu relacionamento com o Norte, mas também com o Sul, com suas próprias experiências e dilemas”(p.49). Os Comaroffs falam numa possível mudança de rumo, “para muitos o Sul evoluiria para o Norte, parece que agora é o Norte que tomará ares de Sul em diversos sentidos” (p.50). Na compreensão do citado autor, pode ser um diálogo e um aprendizado do Norte com o Sul ou se o caminho tomado pelo Norte (a crise) é o caminho inexorável já experimentado pelo Sul. Neste sentido, seria o Norte passando por situações parecidas que o Sul já experimentou no passado. Os Comaroff afirmam que a África é também fonte de respostas inventivas às contingências do tempo presente para diferentes áreas e principalmente nas Ciências Sociais.

Por último, Rosa (2014) introduz Connelll, com as suas ideias, que segundo o ele, é única teoria das três citadas, que apresentam teorias produzidas fora da Euro-américa. O Sul para Raewyn Connel não pode ser definido por sua situação política e econômica, mas por sua posição intelectual, porque alberga outras contribuições importantes e, ainda a compreensão de como o moderno tem sido pensado no Sul de forma horizontal. Por conseguinte, de acordo com citado Rosa (2014), para Santos e Meneses, promover o Sul significa trazer outras formas de conhecimento, típicas ou genuínas destas regiões para o debate e uma epistemologia geral e apelam para uma convergência entre a ciência do Norte e outras formas de conhecimento típicas do Sul.

Rosa (2014) constata que para Comaroff, demonstra que não há um diálogo franco com as antropologias e sociologias feitas nesta parte do mundo, pois os autores assumem que sua forma e conteúdo não diferem daquelas feitas no Norte. Como alerta Santos e Meneses, não podemos acreditar que apenas porque estão sendo produzidas no Sul, certas teorias sociais não sejam também coloniais, pois, nem sempre são livres dessa questão.

Na concepção de Macamo (2002), a predisposição na origem de produção do conhecimento social comporta um quesito funcional, ou seja, a cada produção do conhecimento é mediante uma função, seja ela de legitimação ideológica, hegemônica ou subjetiva. Entretanto, para esse autor, a produção do conhecimento em África dá-se consoante três pressupostos: saber tradicional - caracteriza-se pela função ritual, pois a sua expressão para construção de uma ordem social é

efetivada pelos rituais; saber colonial - consiste na invenção das sociedades africanas susceptível da intervenção colonial, em outras palavras, a administração colonial sistematizou o conhecimento das sociedades colonizadas mediante criação de organismos institucionais e gestão das relações sociais; e saber africano – que se caracteriza na projeção de uma ideia de África no futuro a partir da confrontação entre o indivíduo e as condições objetivas da sua existência no momento atual.

As principais diferenças entre várias formas de produção de conhecimento social situam-se a nível funcional. Em cada momento a produção do conhecimento serve uma função, seja ela de legitimação ideológica da ordem social segundo o modelo althusseriano de aparelho ideológico do estado (1977). Hegemonia gramsciana (1974-1980) ou produção de subjetividades como objetos de poder ao estilo Foucault (1991). Nós distinguimos três momentos na produção do conhecimento social em África, nomeadamente o saber tradicional, saber colonial e o saber africano. (MACAMO, 2002, p.10)

Conforme Macamo (2002), como a existência de um tipo desses saberes, não é pré-requisito para outro, por isso não há uma ordem cronológica. Não obstante, o autor ressalta que a existência desses saberes não tenta trazer os antagonismos conceituais entre tradicional ou moderno, tampouco problematizar o sistema colonial, pois as reais funções destes saberes é de propor os mecanismos de produção de conhecimento social em África.

Todavia, após a “retirada” colonial nos países africanos, a maioria da população nativa era analfabeta. Com isso, advoga Cardoso (2011) houve um investimento destes países para a educação com objetivo de alfabetizar a população e enviar outro grupo para exterior, caso de Cuba e antiga União Soviética, para cursarem ensino superior, com vista a assumirem a administração nacional, de modo a contribuírem para o desenvolvimento nacional desses países recém “independentes”.

No entanto, com o passar dos anos com as crises governamentais e políticas, o contingente acadêmico nesses países foi diminuindo gradualmente, ora porque os formados no exterior não regressavam, ora porque os investimentos das organizações internacionais injetaram pouco dinheiro. Quando havia algum investimento financeiro, este era para fazer pesquisas encomendadas para elogiar essas organizações, ou seja, as universidades perdiam a sua autonomia. Deste modo, Carlos Cardoso (2011) mostra que mesmo o continente africano tendo um índice de crescimento mais elevado da camada estudantil, por outro lado o índice de estudantes africanos ingressos em cursos superiores ainda está aquém em relação a outros continentes. Dito assim, revela Cardoso (2011), que ainda hoje nas universidades africanas as pesquisas ainda não são

prioridades: “um aspecto fundamental no desenvolvimento de qualquer universidade é a investigação científica. Constatase que num bom número de universidades africanas a pesquisa é relegada para segundo plano” (CARDOSO. 2011. p.307).

Neste sentido, na sua narrativa sobre as questões da Ciência Social no continente africano, Cardoso (2011) como membro da CODESRIA³, mostrou a percentagem daquilo que o continente contribui e oferece em termos de produção científica. Nesta análise estatística, o autor se pronuncia apontando a produção da África Subsaariana e África do Norte⁴. Ele compreende que os países situados ao Sul do Saara têm tido uma porcentagem minúscula da produção acadêmica mundial:

O último relatório mundial sobre a situação das ciências sociais em África traça-nos um quadro sombrio. Ele constata, entre outras coisas, que África subsaariana tem registado um atraso considerável em termos de produção científica: a região era responsável por 0,7% da produção mundial em 1996, contra 1% em 1987. O que torna a situação mais dramática, é que ela não mostra sinais de recuperação (Sheep). A parte de África subsaariana na produção científica caiu quase um terço (31%) desde o seu pico em 1987 (Sheep). Este quadro varia de país para país e de região para região. Enquanto na África do Norte (Egito, Tunísia, Marrocos) se registam progressos assinaláveis, na África ao Sul do Sara, o quadro é crítico para dizer o menos. (CARDOSO, 2011. p. 304-305)

Cardoso (2011) demonstra que atualmente a produção acadêmica em termos de ciências sociais revela um aspecto crítico, pois para além deste estágio de improdutividade acadêmica geral, também demonstra uma certa regionalidade. Portanto, constata-se que os países da África do Norte, têm cada vez mais tomado as rédeas na academia, deixando assim para trás os países situados na parte Sul do continente africano.

2.2 Ciências Sociais na África e CODESRIA

Na sua tese de doutorada “a produção de ciências sociais no continente africano e a agência do CODESRIA” de 2016, Michelle Cirne Ilges faz análises e reflexões do funcionamento da agência de ciência sociais africana, como se constituiu e, como se processa a produção acadêmica

³Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA), foi criado em 1973 e é uma organização independente, cujos objetivos principais são: a facilitação da pesquisa, a promoção de publicações baseadas em pesquisas e a criação de fóruns múltiplos em torno de trocas de ideias e informação entre investigadores africanos. Luta contra a fragmentação da pesquisa através da criação de uma rede de pesquisa temática que transcende as fronteiras regionais e linguísticas.

⁴ Países como: Argélia, Egito, Marrocos, Tunísia...

dos seus pesquisadores. Neste âmbito, Ilges (2016) realça, que não existem análises feitas por estudiosos que refletem sobre ciências sociais que não pertenciam a essa agência africana de ciências sociais, pois todos estudos são feitos por executivos ou ex executivos, que esboçam as suas narrativas das suas experiências dentro do organismo. Ilges (2016) advoga que a lógica ocidental que pensarem o continente africanos era sempre de utilizarem os estudiosos africanos como emissores de dados e não como produtores de conhecimentos, uma tática que hierarquizava os conhecimentos, pois colocavam todas as formas de saber africana como secundárias. Portanto, o CODESRIA, foi criada num contexto político hostil e de tentativas e de enfraquecimento organizações nacionalistas e anticoloniais e, o contexto subalterno de pensarem sobre a África e africanos, impulsionaram a CODESRIA de voltarem as suas forças defendendo a produção, fixando em seus estatutos aspetos que reforcem essas perspectivas.

A autora traz a percepção do Thandika Mkandawire que aponta que a constituição, a organização do CODESRIA conheceu três gerações. Entretanto, parafraseando o Mkandawire, a autora demonstra que a primeira geração aparece como fundadora deste organismo. Todos com cursos de graduação e pós-graduação nos países do norte global, regressam continuam e iniciam a constituição dos sistemas de ensino superior apadrinhados em grande maioria por países que formaram, e isso ajuda a um estabelecimento e sucesso acadêmico fora e dentro do continente. No entanto, a geração seguinte a semelhança da primeira, também fazem toda a sua formação superior fora do continente africano, porém na sua grande maioria não regressam. Pois a primeira geração estava ali estabelecidas e resultou na ausência de espaços para enquadramento profissional e acadêmico, para além da represália política e das crises econômicas existentes naquele período. Por último, a terceira geração, que teve a sua trajetória académica diferenciada. Ao contrário das duas primeiras gerações, fazem os seus cursos superiores internamente e ascende após as reformas da primeira geração.

Todavia a autora aponta ainda que, na percepção do cientista político nigeriano Adebayo Olukski, é que neste século as o ensino universitário tem sofrido muita repressão, ora cariz político, ora de cariz económico. Com a fraca participação estatal na manutenção de universidades e de centro de pesquisas, abre espaços para universidades privadas com qualidades frágeis. Pois isso, relega as universidades públicas a mercê de organismos de pesquisas internacionais que limitam o pensamento crítico dos pesquisadores com pesquisas encomendadas.

Quanto as publicações, a autora traz a explicação do antropólogo camaronês Francis Nyamnjoh, que aponta que a fraca publicação em grandes revistas se deve a noções racistas e colónias sobre as

intelectualidades africanas. “{...} Lê-se sobre a África, mas dificilmente leem-se africanos{...}” (p.51). Outro aspecto ressaltado é a literatura ocidental que é distorcida deliberadamente para falar sobre África e africanos. Portanto, a questão de publicação dos autores africanos, não tem a ver só com a qualidade dos seus escritos.

Deste modo, questão da hierarquia não só nos extremos norte *versus* sul, diz respeito a um conjunto de organização ou coordenação, que está intimamente ligada a uma situação de poder. Pois a hierarquia engloba também questões de subordinação. Neste sentido, falando da questão hierárquica de saberes e ou conhecimento nos países africanos, isso nos remete a uma situação de força, peso ou poder que umas áreas têm em detrimento de outras, neste caso, as Ciências Sociais. Analisando, o texto do Tyin Falola sobre nacionalizar a África, culturalizar o ocidente e reformular as humanidades em África, percebe-se as perspectivas, etapas a cumprir e como se dá a relação entre ciências sociais e outras ciências.

Entretanto, Falola (2007), em sua análise sobre as Ciências Humanas, propõe um plano para reformulação das Humanidades em África. Não somente Humanidades no sentido de área, mas a um projeto novo de vida em que o continente africano conserve as suas especificidades, de forma a questionar o projeto de Humanidades que o Ocidente pensou para África: “[...] O objetivo aqui é fazer um apelo por Humanidades que respondam aos desafios de reformular idéias, metáforas, narrativas e quadros teóricos, [...]” (FALOLA, 2007. p. 9).

Neste sentido, o novo projeto de Humanidades teria que ser arquitetado para dar conta de todas as problemáticas que as sociedades africanas sofreram e sofrem. A Humanidade que Falola (2007) transcreve vem no sentido de solucionar todas barreiras e imposições que o norte global implantou no sul. A humanidade como um projeto de paz, de economia, de nacionalismo, de desenvolvimento e progresso.

O projeto das Humanidades para humanidade foi pensado para ser um plano que deveria restaurar a melhoria para todos africanos. No entanto, o continente africano também tem as suas especificidades que devem ser levadas em conta. Nos países africanos, têm disciplinas, áreas ou cursos do ensino superior, que estão abaixo na hierarquia social quando são comparadas com as outras. O negligenciamento dos cursos das Humanas em África é tão gritante que até os próprios formandos das humanas preferem que os seus descendentes cursem áreas das Exatas e ou Biológicas:

Kehinde está na faculdade, estudando Medicina; Taiwo, seu irmão gêmeo, está na faculdade, estudando Letras. Os pais valorizam Kehinde, mas podem menosprezar Taiwo, com base em suas escolhas e seus projetos de futuro. Já não sabemos que a rota para o sucesso repousa sobre a escolha das profissões? (FALOLA, 2007, p.9)

É perceptível na citação cima o quão difícil e desafiante é para um africano cursar Sociologia, por exemplo. O autor mostra que nas sociedades africanas o futuro risonho está ligado ao curso superior que cada indivíduo escolher, pois há uma certa hierarquia de cursos e áreas. Pelo exemplo dado no texto, Falola (2007) aborda três tipos de barreiras ou perseguição que estão na origem do “fracasso” profissional e financeiro dos ingressos em um curso de Humanas.

Entretanto, um indivíduo que cursar áreas das humanas sofrerá três formas de perseguição formuladas pelo autor. Perseguição parental: em que os familiares nunca irão entender a escolha da área ou profissão; perseguição social: quando a sociedade omite empregos reforçando as ideias capitalistas; e perseguição estatal: que ocorre quando o estado não opera para garantir o direito a um tratamento justo e negligenciou a inclusão desses autores nos lugares de excelência.

Desta forma, Falola (2007) demonstra que após toda a negligência sofrida pelos profissionais das áreas das humanas, surge uma problemática. De acordo com o autor, são os profissionais das humanidades que são engenheiros sociais para montar o plano do desenvolvimento, ou são médicos que diagnosticam o quão doente está a política e criam mecanismos para as curar, ou seja, são as Humanidades que são os verdadeiros cabeças do funcionamento saudável das sociedades.

Por seu turno, Cardoso (2012) em um Colóquio em homenagem a Aquino Bragança, em Dakar, propõe vários questionamentos para que se perceba o que seria necessário para a produção de Ciências Sociais e Humanas na África. O autor ressalta que é necessário ter em conta a questão histórica, que consequentemente maculou a produção científica na África. Dito assim, o autor aponta que se reconhecermos que a criação de epistemologias alternativas é importante, então é necessário criar estruturas para esta produção e, ao mesmo tempo, é preciso integrá-la com outras ciências do conhecimento. Neste sentido, Cardoso (2012) aponta que a questão central a se perceber é que estamos longe de criar a estrutura, para que a produção das Ciências Sociais na África seja autônoma e libertadora, que explique e estude as verdadeiras necessidades do continente.

Todavia, Cardoso (2012), mostra um dos pontos para essa estruturação científica das Ciências Sociais na África. Portanto, o autor acredita a ruptura epistemológica é necessária, e

ressalta que esse ponto já vem sendo discutido há um bom tempo por vários estudiosos que fizeram o mundo ter um entendimento sobre as sociedades africanas, que chegaram a pôr em causa a epistemologia do Ocidente. Ele afirma que:

Há pelo menos duas razões que explicam a necessidade de uma ruptura epistemológica, razões que são próximas uma da outra, mas remetem para referenciais de natureza completamente diferentes. A primeira tem a ver com uma razão de ordem externa à evolução do saber científico, ligada à evolução da história na sua vertente fenomenológica. A outra é de ordem epistemológica e remete para a própria dinâmica do processo de conhecimento. (CARDOSO, 2012, p.126)

Entretanto, o primeiro motivo tem a ver com o *timing* da criação de várias universidades nos países africanos. Cardoso (2012) realça que as universidades no continente africano aumentaram com o declínio do colonialismo. Pois o segundo motivo tem a ver com a instituição epistêmica, ou seja, o autor propõe que os novos Estados independentes se engajem com as problemáticas científicas em questão, e criem mecanismos que estimulem a produção científica.

Em outro contexto, refletindo sobre as ciências sociais nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) ou África Lusófona, Cardoso (2017) constata que nos últimos 40 anos verificou-se uma crescente nas ciências sociais em África, pese embora as dificuldades, que segundo o autor, comporta sobretudo aspetos linguísticos da era colonial, que de certa forma podem ser colmatadas mediante intercâmbio académico impulsionante de trocas de experiências tendo como o objetivo primordial o desenvolvimento das ciências sociais.

A questão relacional das ciências sociais na África Lusófona, segundo o autor, tem vários aspetos idênticos a outros países do continente que têm outra gama linguística. Pois Cardoso (2017) ressalva que a reduzida existência e a precariedade das instituições de pesquisas no ensino superior e o negligenciamento do Estado no que toca ao suporte financeiro para investigação na referida área são dois dos principais aspetos que fundamentam a citada crise no mundo das ciências sociais nesses países. Porém, o outro aspeto das ciências sociais nos PALOP tem a ver com a novidade das instituições do ensino superior nestes países, pese embora países como Angola e Moçambique terem as suas instituições de ensino nos anos 60, mas países como Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau só tiveram nos anos 80 e 90. Não obstante, o autor também verifica que em países africanos de outras expressões linguísticas têm uma tradição académica, algo que não acontece nos PALOP. Como afirma Cardoso (2017):

Sabemos que a África entrou no período pós-colonial com um número relativamente pequeno de universidades e centros de pesquisa avançada em ciências sociais. Foi depois da Segunda Guerra Mundial que os centros universitários de Acra (1948), Dacar (1957), Ibadan (1962) e Makerere (1970) foram criados, juntamente com novas instalações em Argel, Cairo e Cartum. Também sabemos que as mais antigas universidades africanas modernas, como o Colégio Fourah Bay (FBC), em Freetown, na Serra Leoa, a Universidade do Cairo, no Egito, e a Universidade de Argel, na Argélia, foram fundadas em 1887, 1908 e 1909, respetivamente. (CARDOSO, 2017, p.91)

Todavia, os estudos feitos sobre os países da África Lusófona na era colonial eram monopolizados pela metrópole Portugal, que justificava perante seus pares quando pressionados, que os PALOP eram territórios ultramarinos e não mais colônias. Esses estudos monitorados por Portugal fundamentava-se pela informação de elogios à administração colonial, e não de pesquisas que fizessem as áreas de saber crescerem. Entretanto, com a derrota do sistema colonial e a “independência” desses Estados novos, criou-se primeiro os institutos superiores de educação, que funcionou nesse momento inicial como instituição de formação de professores, que de acordo com Cardoso (2017) não serviu para efetivar uma tradição de pesquisa em ciências sociais.

Neste âmbito, com a institucionalização de instituição de ensino superior, e apesar de serem lecionadas em todas as universidades da África Lusófona, reclama Cardoso (2017) que as ciências sociais não conheceram melhorias significativas. Não obstante, em países como Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné Bissau, terem conhecido melhorias em pesquisas em ciências sociais com criação de institutos de investigação e revistas que permitiram traduções de textos de grandes teóricos africanos e publicações de trabalhos de novos pesquisadores. Todavia, existe uma certa carência de quadro docente qualificado para estas instituições de ensino. Portanto, essa gama de questões de acordo com Cardoso (2017), refletem a fraca participação de investigadores dos PALOP na CODESRIA em comparação com outros países do continente.

Deste modo, apesar das dificuldades desses países na produção e investigação em ciências sociais, a CODESRIA, através de mecanismos internos criaram Grupos Multidisciplinares de Trabalhos (GMT), compostos por diferentes países africanos, incluindo países do PALOP, com objetivo de catapultar as ciências sociais. Certo é que a participação dos países da África Lusófona e até pesquisadores de países como Brasil e Portugal têm dado seu contributo para essa crescente. Por conseguinte, Cardoso (2017) realça, que um dos desafios para a ascensão das ciências sociais na África em geral, e específico para os PALOP, passa pela melhoria do sistema universitário. Portanto, para alterar *status quo* das ciências sociais nos PALOP, a condição *sine qua non* passaria

pela melhoria qualitativa, traduzida na qualificação do quadro docente, e a melhoria quantitativa que passaria pela criação de mais universidades nestes países.

Conclusão

A produção do conhecimento é um processo que está em constantes construções e desconstruções, continuidades, rupturas e agregações que se dão em sítios acadêmicos ou não. Deste modo, os métodos e as formas de construção e transmissão dos conhecimentos produzidos devem adequar às nossas realidades, onde a língua é muito importante nesse processo. Porém, não significa que, devemos descartar tudo que é do ocidente, mas saber aproveitar e adequar às nossas realidades. Ciências Sociais e Humanas são áreas do conhecimento que se dedicam a compreender o funcionamento das sociedades e buscar mecanismos para explicar essas ambiguidades. Estas áreas, têm como objetivo interpretar e traduzir os fenômenos das sociedades para os indivíduos. No contexto africano, as Humanidades também têm esse papel, mas os cientistas sociais precisam estar preparados para muito mais.

Todavia, no contexto africano, os cientistas sociais (sociólogos, antropólogos, historiadores, etc) para além de interpretarem a realidade social, também têm que levar em conta aspectos espirituais, tendo em conta as suas diferenças. Ou seja, para perceber uma situação social africana, é proposto aos cientistas sociais levar em consideração vários contextos sociais. Analisando Hountondji (2008) quando se refere a língua como um motivo comum para alavancar pesquisas, publicações e leitura, ela dá exemplo da Alemanha, que valoriza a língua alemã como um fio condutor para unir a sua sociedade num todo.

Neste sentido, olhando esse exemplo “talvez” em África se pudesse pensar numa forma de “unificar” linguisticamente, de modo que os africanos possam ler e compreender aquilo que se escreve outros africanos sobre o continente e si mesmos. Portanto, o trabalho dos cientistas sociais é de suma importância para o melhor funcionamento da sociedade. Por conseguinte, constata-se que os profissionais das Humanidades podem mudar o curso do sistema hierárquico nos países africanos, porque são majoritariamente esses profissionais que efetivamente podem elaborar projetos, análises e abordagens concisas das realidades sociais. Em linhas gerais, a rupturas epistêmicas sobre superioridade de uma área para outra, está a cargo de interpretações ideológicas que podem ser produzidas pelos cientistas sociais em prol de uma sociabilidade saudável que proporcione também uma horizontalidade entre as áreas de saberes.

Referências

- Boaventura de Sousa Santos, « Más allá de la imaginación política y de la teoría crítica eurocéntricas », Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 114/2017, colocado online no dia 20 dezembro 2017, criado a 23 agosto 2019. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/6784>; DOI 10.4000/rccs.6784
- CARDOSO. Carlos. Os desafios da pesquisa em Ciências Sociais e o papel das organizações acadêmicas regionais na África. 2011.
- CARDOSO. Carlos. Da possibilidade das ciências sociais em África. In: Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas. CODESRIA Avenue Cheikh Anta Diop Angle Canal IV, BP 3304, Dakar, 18524 Sénégal, 2012, p.125-144. Cap. VIII.
- CARDOSO. Carlos. Desenclavar as Ciências Sociais na África lusófona: a iniciativa especial do CODESRIA. Rev. antropol. (São Paulo, Online) | v. 60 n. 3: 89-111 | USP, 2017.
- CIRNE. Michelle Ilges. *A produção de ciências sociais no continente africano e a agência do CODESRIA*. 2016, 190f, Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.
- FALOLA. Toyin. Nacionalizar a África, Culturalizar o Ocidente e Reformular as Humanidades na África. Afro-Ásia. 2007, p. 9-39.
- FOÉ, Nkolo Entre negritude e Pós-colonial: a sátira de Dakar ou a revanche ideológica do ocidente. CODESRIA: Boletim. No 1 & 2; 2008.
- GROSFOGUEL, Ramón. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. Tábula Rasa, n. 4, enero- junio, 2006, pp.17-48.
- HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento da África, Conhecimentos de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. Coimbra/Portugal. Revista Crítica de Ciências. 2008, p. 149-160.
- KAPHAGAWANI, Didier N; MALHERBE, Jeanette G. African epistemology. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). The African Philosophy Reader. New York: Routledge, 2002, p. 219-229. Tradução para uso didático por Marcos Rodrigues.
- MACAMO. Elísio. A constituição duma Sociologia das Sociedades Africanas. Estudos Moçambicanos 19 (2002), p. 5-26
- MBEMBE. Achille. As Formas Africanas de Auto-Inscrição. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 23, nº 1, 2001, pp. 171-209.
- ROSA. Marcelo Carvalho. Sociologias do Sul: Ensaio bibliográfico sobre limites e perspectivas de um campo emergente. Civitas: Porto Alegre. 2014. p. 43-65.